

AMBIENTE

Desmatamento atinge o Paraná e Santa Catarina, diz ONG Vida Selvagem

Proprietários de Santa Catarina e Paraná estariam tentando evitar portaria que impediria corte de araucárias

Sérgio Garschagen
de Curitiba

Proprietários de terras do norte de Santa Catarina e sul do Paraná estão arando, em média, 50 hectares por dia de campos naturais e desmatando áreas nativas de araucárias. As áreas desmatadas situam-se nas regiões de Palmas, no Paraná e entre os municípios de Passos Maia, Ponte Serrada e Água Doce, no norte catarinense e correspondem a 100 campos de futebol a cada dia.

A denúncia é do diretor executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem (SPVS), Clóvis Borges, que aponta como causa da fúria destruidora o receio de fazendeiros da região em relação a uma portaria do Ministério do Meio Ambiente destinada a criar, em Palmas, uma Unidade de Conservação (UC). Mais três unidades foram também propostas em outras regiões no centro sul paranaense.

A SPVS é uma organização não governamental (ONG) paranaense fundada em 1984 e voltada à conservação da natureza, principalmente de áreas naturais, com a compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade.

Segundo Borges, a interpretação de que o governo federal vá impedir o uso econômico das terras onde existam araucárias é que provocou a reação que teria produzido a corrida pelo desmatamento nos dois estados. "Os proprietários

acreditam até que vão perder suas terras e tratam de explorá-las ao máximo", explicou.

A região paranaense de Palmas concentra as mais importantes áreas remanescentes de florestas de araucárias, espécie vegetal contemporânea dos dinossauros, e o objetivo dos proprietários rurais é descaracterizar a área como área de preservação.


Em cerca de 60 anos de história, explicou ainda o diretor da SPVS, a cobertura natural de araucária, que cobria 8 milhões de hectares do território paranaense, foi reduzida para apenas 0,8% — ou 60 mil hectares em bom estado, sem contar outros 1,5 milhão de hectares de matas secundárias mas já inteiramente degradadas. Os 0,8% de matas de araucárias ainda existentes comprovam, segundo a SPVS, o fracasso da legislação federal que impõe 20% de áreas protegidas nas propriedades rurais. Para ele, a situação atual é crítica. As coberturas naturais estão sendo substituídas pelo pinus e estudos apontam que em uma década mais 1,2 milhão de hectares desta espécie substituirão as áreas remanescentes de araucárias.

Contaminação por pesticidas

O biólogo Tom Grando, da ONG Liga Ambiental, lembra que as madeiras e o setor produtor de papel e celulose ditam as regras no setor e destaca que outra ameaça ao ecossistema regional é o uso de pesticidas em plantações de batatas, que contaminam o solo e os rios da região.

Segundo ele, as multas aplicadas pelo governo não surtem efeito, uma vez que 90% dos valores é perdoado quando os proprietários se comprometem a recuperar as áreas. Além disso, explicou, a venda da madeira paga os 10 pontos percentuais restantes da multa e a nova área de plantio gera lucros que compensa a penalidade.

Na avaliação das duas ONGs paranaenses, a única solução para se resolver o problema definitivamente seria uma espécie de lei Rouanet ambiental.

 Araucárias de Palmas (PR) sofrem com ação de proprietários de terras